



Como a logística agrega valor para o mercado de Cobre

Bruno Vianna

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de eletricidade no Brasil deve crescer de forma consistente nesta década, aumentando na casa dos 3,3% ao ano até 2035. Esse cenário reforça o momento de maior demanda por materiais condutores, com destaque para o mercado de Cobre, metal que ocupa uma posição cada vez mais relevante na economia global, impulsionada por tendências como eletrificação, transição energética e expansão de data centers.

No Brasil, o movimento, que reflete uma pressão na demanda por produtos transformados, evidencia, também, a necessidade de cadeias logísticas mais eficientes, reforçando a importância de um setor estruturado para sustentar o seu crescimento e ampliar a competitividade da indústria nacional.

Além de oferecer suporte operacional, a logística ganhou grande importância para garantir competitividade, eficiência e capacidade de resposta em uma cadeia produtiva que se estende da mineração até a entrega de produtos de alto valor agregado.

Mercado de Cobre exige integração e eficiência

A logística no setor do Cobre começa com a importação de insumos, majoritariamente provenientes do Chile, transportados por via marítima até portos como Santos e Itapoá e, posteriormente, distribuídos por rodovias para as plantas industriais. A partir daí, a operação envolve recebimento, armazenagem, movimentação interna para transformação do metal em diferentes soluções, como fios, barras e tubos, estocagem de produtos acabados e, por fim, distribuição para o mercado interno e externo.

Diante dessa complexidade, muitas empresas têm adotado modelos de logística integrada, ou end-to-end, que permitem maior visibilidade dos fluxos e melhor coordenação entre as etapas.

Essa abordagem contribui para ganhos de eficiência, redução de custos e maior previsibilidade operacional, fatores decisivos em um mercado cada vez mais competitivo.

Gargalos estruturais e impactos na competitividade

Apesar dos avanços, a logística neste segmento ainda enfrenta desafios relevantes, como a dependência do modal rodoviário, fator que, aliado às limitações de infraestrutura, contribui para elevar custos e impacta a eficiência das operações no mercado de Cobre. Atualmente, corredores logísticos como as rodovias Anchieta, Rodoanel Mário Covas, Régis Bittencourt e BR-101 concentram grande parte do escoamento, especialmente entre as regiões Sudeste e Sul, responsáveis por cerca de 80% do consumo nacional.

Os portos também lidam com obstáculos, principalmente no sentido de que as principais alternativas de portas de entrada e saída de mercadorias convivem com alta demanda, limitações operacionais e gargalos de acesso, o que pode resultar em atrasos e aumento de custos.

Embora ainda enfrente entraves estruturais no país, a busca por modais mais sustentáveis, como ferrovias e cabotagem, começa a ganhar cada vez mais força. Porém, a baixa integração

ferroviária com polos industriais e portos e congestionamentos nos acessos portuários impactam o fluxo de cargas.

Esses fatores fazem com que os custos logísticos representem uma parcela significativa no valor final do Cobre e seus derivados, impactando diretamente a competitividade da indústria nacional, especialmente quando comparada a países como Chile, Peru e Canadá, que contam com infraestrutura mais integrada e voltada ao escoamento mineral.

Digitalização, ESG e o novo papel da logística

A logística sempre ocupou papel estratégico dentro das ações de mercado, mas já foi vista como uma função operacional, sendo extremamente importante para garantir maior crescimento e sustentabilidade do setor. Nesse sentido, a crescente complexidade das cadeias de suprimentos e a necessidade de maior eficiência têm impulsionado a adoção de tecnologias digitais, como sistemas integrados de gestão (ERP, WMS, TMS), plataformas de rastreamento em tempo real e modelos baseados em dados (Data Driven Management).

Estas ferramentas contribuem, ainda, para fomentar iniciativas voltadas à redução das emissões de carbono, otimização de rotas de transporte, aumento da eficiência energética e uso mais racional de recursos ao longo da cadeia logística, uma vez que a agenda ESG tem ganhado relevância nos últimos anos neste segmento, impulsionada tanto por exigências regulatórias quanto pela crescente demanda de investidores, clientes e da sociedade por práticas mais responsáveis.

Mesmo com os desafios estruturais, a sustentabilidade tende a se consolidar como um diferencial competitivo de forma natural, configurando um movimento gradual em direção à utilização de modais mais sustentáveis, como ferrovias e cabotagem, além da adoção das tecnologias que permitem monitorar e reduzir impactos ambientais.

Oportunidades e caminhos para o futuro

O Brasil reúne as condições necessárias para se posicionar de forma mais competitiva no mercado global de Cobre, tanto pela disponibilidade de recursos quanto pela capacidade industrial instalada. No entanto, para explorar plenamente esse potencial, é fundamental que a evolução da infraestrutura seja priorizada neste processo, de modo a promover maior integração entre modais e acelerar a digitalização das operações logísticas.

Nesse contexto, empresas que tratam a logística como um pilar estratégico tendem a sair na frente das demais. A experiência recente mostra que ganhos de eficiência, aliados ao uso de tecnologia e à gestão orientada por dados, são capazes de reduzir custos, aumentar a confiabilidade das operações e fortalecer a relação com clientes e mercados.

A logística, portanto, se consolida como um diferencial competitivo para as organizações, o que é essencial para sustentar o crescimento, ampliar a agregação de valor e posicionar o Brasil de forma mais relevante globalmente no mercado de Cobre.

(* Gerente de Logística da Termomecânica, empresa líder na transformação de Cobre e suas ligas.

Reforma tributária exige reação imediata do terceiro setor

Mudanças no sistema de créditos podem elevar custos indiretos e pressionar a sustentabilidade de instituições filantrópicas

A reforma tributária em implementação no Brasil traz um alerta importante para as instituições filantrópicas. Mesmo com a manutenção das imunidades constitucionais, o novo sistema de tributação sobre o consumo pode aumentar os custos indiretos das organizações sociais, exigindo a revisão urgente do planejamento financeiro, dos contratos e da gestão de fornecedores.

Prevista na Lei Complementar nº 214/2025, a reforma substitui gradualmente os tributos vigentes por dois novos impostos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A mudança altera a lógica de formação de preços ao longo da cadeia produtiva e tende a impactar diretamente os valores pagos pelas instituições filantrópicas na compra de insumos e na contratação de serviços.

Embora as entidades beneficentes mantenham imunidades fiscais, o novo modelo, baseado na geração e na compensação de créditos tributários ao longo da cadeia, cria um desafio adicional: muitas dessas organizações não conseguem aproveitar esses créditos da mesma forma que as empresas tributadas. Como consequência, parte desse custo pode ser repassada ao preço final dos produtos e serviços adquiridos.

Na prática, isso pode encarecer itens essenciais para a operação de instituições sociais — como medicamentos, materiais hospitalares, equipamentos médicos, tecnologias educacionais e serviços especializados.

Um estudo técnico da LCA Consultoria Econômica, encomendado pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), aponta



que a reforma tributária poderá elevar a carga indireta das instituições filantrópicas em diferentes áreas de atuação. O impacto estimado é de 4,2% na educação, 11,2% na assistência social e 1,8% na saúde.

O tema é especialmente sensível no setor de saúde. De acordo com a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), instituições filantrópicas são responsáveis por mais de 60% das internações de alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS). A rede reúne cerca de 1,8 mil hospitais e aproximadamente 184 mil leitos, dos quais 129 mil atendem ao SUS. Nesse contexto, qualquer aumento indireto de custos pode comprometer a sustentabilidade financeira de serviços essenciais.

Para especialistas da área tributária, um dos principais erros das organizações é tratar a reforma apenas como um assunto contábil. Segundo a diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Grupo Marista, Carmem Murara, a mudança exige uma abordagem integrada. “A reforma altera o modelo de tributação sobre o consumo no país e impõe novas regras de controle, rastreabilidade e gestão das operações. Isso impacta contratos, custos operacionais, sistemas e governança”, afirma.

Instituições que dependem de previsibilidade financeira — como hospitais e entidades educacionais beneficentes — podem sentir os efeitos dessas mudanças com maior intensidade caso não se preparem com antecedência.

O que as instituições devem fazer agora

- 1. Revisar contratos com fornecedores** - Analise cláusulas de reajuste e a formação de preços na nova lógica tributária. “Alguns contratos podem embutir custos adicionais decorrentes do novo sistema de créditos”, alerta.
- 2. Mapear impactos na cadeia de suprimentos** - Identifique fornecedores que poderão repassar aumentos de custos e avalie alternativas para manter a previsibilidade de despesas.
- 3. Integrar áreas fiscal, financeira e de compras** - A reforma exige gestão integrada entre departamentos. “Decisões isoladas podem gerar distorções de custo ou perda de eficiência operacional”, aponta Carmem.
- 4. Atualizar sistemas e controles internos** - O novo modelo exige maior rastreabilidade das operações e adaptação tecnológica para o controle adequado dos créditos tributários.

5. Reavaliar o planejamento financeiro de médio prazo - Simulações de impacto devem ser incorporadas ao orçamento institucional para evitar desequilíbrios operacionais.

Governança passa a ser fator crítico

Algumas organizações já estão tratando a adaptação ao novo modelo como um projeto institucional. No Grupo Marista, que mantém o Hospital Universitário Cajuru (100% SUS) e concede bolsas de estudo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), foi criado um comitê interno para acompanhar os impactos da reforma tributária. O grupo reúne áreas fiscais, financeiras, de suprimentos, de tecnologia e de governança para revisar processos, contratos e sistemas. A iniciativa permitiu mapear riscos e identificar oportunidades, como ajustes na cadeia de fornecedores e o aprimoramento da gestão de custos.

“O Hospital Universitário Cajuru desempenha um papel essencial no acesso da população a atendimentos de alta complexidade. A manutenção desse padrão de assistência depende de um ambiente financeiro estável e previsível, que permita à instituição seguir garantindo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados”, destaca o coordenador de Captação de Recursos da instituição, Marco Sanfelice.

A principal lição é clara: a reforma tributária não representa apenas uma mudança na legislação fiscal, mas uma transformação estrutural na gestão das operações. “Antecipação, integração entre áreas e análise consistente dos impactos financeiros são fundamentais para garantir a sustentabilidade das atividades filantrópicas”, conclui Carmem.

Chega de “apagar incêndio”: a ABNT NBR 17301 é o mapa para a sobrevivência fiscal

Cássia Paixão (*)

O Brasil vive a maior transformação fiscal de sua história recente. Debates inflamados sobre alíquotas, créditos de escrituração para financeiro, cashback e o impacto no preço final ao consumidor dominam o noticiário. No entanto, há um elefante na sala, que poucas lideranças empresariais estão enxergando: a Reforma Tributária não é apenas um desafio de cálculo, é uma crise de governança.

Para contadores, analistas fiscais e CEOs, a questão não é mais “quanto vamos pagar”, mas sim “como demonstraremos ao Fisco que sabemos o que estamos pagando”. O tempo de “apagar incêndios” fiscais com soluções paliativas acabou. O papel do contador muda. Esse profissional deixa de ser apenas executor e passa a assumir definitivamente uma função consultiva, estratégica e de governança.

Recentemente, a Receita Federal, seguindo padrões internacionais (ISO), em parceria com a ABNT, publicou a norma NBR 17301, que estabelece diretrizes para Sistemas de Gestão de Compliance

Tributário (SGCT). Para o mercado, pode parecer apenas mais um documento técnico. Para quem enxerga o futuro, é a bússola que diferencia empresas amadoras de empresas maduras.

O Programa CONFIA da Receita Federal já nos dava a dica: o futuro é a “Conformidade Cooperativa”. O Fisco não quer apenas arrecadar. Ele quer previsibilidade e só confiará em empresas que demonstrarem controle interno robusto.

A tecnologia deixa de ser custo e vira blindagem. Neste novo cenário, depender de planilhas manuais ou sistemas legados, que não dialogam entre si, não é apenas ineficiente, é um risco de falência. A Reforma Tributária do Consumo trará uma dualidade de regras complexa, onde o erro se torna exponencial.

Além disso, a integração de softwares de gestão (ERP) com ferramentas fiscais avançadas não é mais um diferencial, é pré-requisito de sobrevivência. Precisamos de sistemas que apliquem o ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar e Agir) de forma automática. O software precisa ser o guardião da conformidade,

garantindo que a governança tributária seja praticada no nível da operação e não apenas no discurso estratégico.

Conclusão: a Reforma Tributária é, inegavelmente, um momento de incerteza. Mas, para os profissionais que entenderem que a tecnologia aliada à governança é a única forma de garantir a sustentabilidade do negócio, será um momento de ouro. A ABNT NBR 17301 é o mapa definitivo para sair da gestão de crise e entrar na governança estratégica. A pergunta não é se sua empresa está pronta para a Reforma, mas se sua governança é capaz de suportá-la.

A NBR 17301 é o manual. A Reforma Tributária é o motivo. Os contadores são os protagonistas. O software é a peça central da governança. E a empresa tem responsabilidade real sobre seus riscos tributários.

(*) Especialista Tributária na QYON Tecnologia, com mais de 35 anos de atuação na área Fiscal e Tributária. É Bacharel em Direito e Técnica em Contabilidade com CRC ativo. Atua, também, como consultora, redatora fiscal, mentora e docente em Finanças e Contabilidade no Senac Piracicaba.